

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos
Conselho Estadual de Saneamento - CONESAN

Deliberação CONESAN nº 002/11, de 15 de março de 2011

Declara aberto o processo eleitoral para renovação dos representantes dos Municípios, no Conselho Estadual de Saneamento – CONESAN e comunica os procedimentos para a sua realização.

O Presidente do Conselho Estadual de Saneamento - CONESAN, criado pela Lei Complementar 1025/07, na forma dos artigos 39 e 40, e regulamentado pelo Decreto nº 54.644/09, delibera:

Artigo 1º- Fica aberto a partir de 15 de março de 2011 até 15 de abril de 2011 o processo para a renovação dos representantes dos Municípios, atendendo ao disposto no Decreto nº 54.644/09 de 05 de agosto de 2009, artigo 3º, inciso II, inciso III em seu § 2º.

Artigo 2º- Os Prefeitos Municipais serão eleitos por seus pares, no âmbito dos respectivos grupos, por maioria simples de votos, e exercerão mandato de 2 (dois) anos.

Parágrafo Único- A representação será composta por 11 (onze) membros titulares e seus delegados, eleitos conforme segue:

1. As eleições dos representantes dos municípios serão realizadas pelos Comitês de Bacia Hidrográfica, ficando sob a responsabilidade de cada comitê realizador a divulgação da data, inscrição, votação e a apuração dos votos.
2. O Grupo que abrigar mais de 1(um) Comitê, estes deverão acordar entre si aquele que centralizará a recepção dos votos em Assembléia específica e realizará a apuração.
3. Todos os Prefeitos dos municípios participantes do Grupo podem votar e ser votados.
4. Será eleito representante titular o Prefeito que obtiver maioria simples dos votos, em caso de empate o candidato representante do município com maior população.
5. O delegado será o Prefeito que obtiver o número de votos imediatamente inferior ao mais votado.
6. A apuração dos votos e aclamação dos eleitos será feita em reunião convocada pelo CBH realizador.

Artigo 3º- Esta deliberação entrará em vigor a partir da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

71 2011

EDSON DE OLIVEIRA GIRIBONI

Secretário de Saneamento e Recursos Hídricos
Presidente do Conselho Estadual de Saneamento

Rogério Menezes de Mello
Secretário Adjunto de Saneamento
e Recursos Hídricos
Decreto 47.906/03, Artigo 45, Inciso I

PROCURADORIA REGIONAL DE TAUBATÉ

Comunicado PR-3.G nº 01, de 18-3-2011

A Procuradoria Regional de Taubaté – PR-3, nos termos do artigo 4º, parágrafo único, da Deliberação CPGE nº 67/05, comunica a todos os Procuradores do Estado de São Paulo interessados, independentemente da área ou unidade de classificação, que no período de 21 a 25 de março de 2011, estarão abertas as inscrições para preenchimento de 4 (quatro) vagas para integrar a Comissão de Concurso para admissão de Estagiários de Direito na Procuradoria Regional de Taubaté, Seccionais de São José dos Campos e Taubaté.

O requerimento de inscrição, conforme modelo em anexo, deverá ser entregue no setor de protocolo da Procuradoria Regional de Taubaté, localizada na Avenida Independência nº 1079, Independência, Taubaté/SP, CEP 12031-001, das 08 às 12 horas e das 13 às 17 horas, no enviado por e-mail para a Procuradoria do Estado Assistente Laiza Amanda Mando, ou para o tel/fax (12) 3621-4861.

havendo mais inscrições que vagas, será realizado sorteio no dia 29 de março de 2011, às 14 horas, no Gabinete da Procuradoria Regional, para composição da Comissão, ficando os remanescentes na ordem de sorteio como suplentes.

Constituída a Comissão, a Procuradoria do Estado respondendo pelo expediente da Procuradoria Regional designará seu Presidente, que coordenará os trabalhos e decidirá as questões sobre as quais não tenha havido consenso entre os integrantes da Comissão.

O certame será regido por edital e os membros da Comissão desenvolverão as seguintes atividades: a) divulgação do concurso; b) divulgação de todas as informações no site da Procuradoria Geral do Estado: www.pgsp.sp.gov.br; c) elaboração das questões da prova, com respectivo gabarito; d) aplicação da prova; e) correção da prova; f) elaboração da lista de inscritos; g) elaboração da lista de classificação dos candidatos aprovados por Seccional; h) elaboração do relatório final do certame; i) participação em todas as reuniões necessárias ao planejamento e realização do Concurso.

MODELO DE REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO

ANEXO I

ILUSTRÍSSIMA SENHORA PROCURADORA DO ESTADO RESPONDENDO PELO EXPEDIENTE DA PROCURADORIA REGIONAL DE TAUBATÉ

do Estado, classificado(a) na Procuradoria

domiciliado em

Estado de São Paulo, residente na

telefone(s) nº(s)

vem requerer sua inscrição para integrar a

Comissão de Concurso de Estagiários de Direito na Procuradoria Regional de Taubaté.

Termos em que,

Pede deferimento.

PR-3.G, Taubaté, de de 2011.

assinatura do(a) interessado(a)

Transportes Metropolitanos

COORDENADORIA DE TRANSPORTE COLETIVO

Despacho do Coordenador em Exercício, de 18-3-2011
Processo STM-06697/09 - Interessado: Taffe Transportes Turismo e Locações Ltda. - Assunto: Registro na categoria de serviços de transporte coletivo de interesse metropolitano, sob o regime de fretamento.

(DESPACHO STM/CTO/020/2011)
Tendo em vista a solicitação da empresa Taffe Transportes Turismo e Locações Ltda., e de acordo com o artigo 1º, item II, letra "a", da Resolução STM-46, de 06.07.05, cancelo o registro de fretamento da interessada na categoria de serviços de transporte coletivo de interesse metropolitano, sob o regime de fretamento.

COMISSÃO DE CADASTRAMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS

Deliberações de 18-3-2011
Aprovada a renovação do registro cadastral dos seguintes operadores regionais de coletivos autônomos - ORCAS:
INTERESSADO **PROCESSO STM**
Ague Aires de Pontes Filho Transportes – ME 0795703
Aparecido Fernandes Ribeiro Transportes – ME 0720303
Joias de Albuquerque Silva – ME 0450705
Juarez Gonçalves Oliveira – ME 0854604

COMISSÃO DE CADASTRAMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO

Deliberações de 18-3-2011
Aprovada a renovação do registro cadastral dos seguintes operadores regionais de coletivos autônomos - ORCAS:
INTERESSADO **PROCESSO STM**
Ailton Vieira dos Santos – ME 0359904
Alexandre Cosme Freitas Transportes – ME 0025104
Alípio Carlos de Jesus Transportes – ME 0680404
Alonso Maria de Souza Transportes – ME 0127704
Antonio Flávio Lisboa Locação e Transporte – ME 0681404
Antonio Henrique Francisca Lotação – ME 0649804
Antonio Martins Santana Transportes – ME 0649704
Antonio Vieira Rodrigues Transportes – ME 0081004
Carlos Alberto de Moraes – ME 0127804
Eduardo Teles de Menezes Guarnulhos – ME 0127204
Gereza dos Santos Costa Transportes – ME 0126904
Geraldo Alves da Silva Transportes – ME 0018104
João Nádri Guimarães – ME 0023004
José Alves da Silva Transportes – ME 0688004
José Mendes Pereira Transportes – ME 0801203
José Luiz Luciano Pereira Guarnulhos – ME 0690804
Júlio Roberto Lopes – ME 0259004
José Natal da Cruz Transportes – ME 0799303
Leocádio Nunes da Silva Transportes – ME 0632904
Loreto Cavalho de Oliveira – ME 0691204
Luiz Carneiro Neto Transportes – ME 0092904
Marco Antonio Aparecido Barbosa Transportes – ME 0819704
Marcos Antonio da Silva – ME 0693404
Maria Regina Ferreira Transportes – ME 0632204
Maria Nazare Pessoa de Melo Transportes – ME 0803803
Nárcy Nunes Ferreira Transportes – ME 0631904
Paulo Mauro Transportes – ME 0123604
Paulo Sérgio de Andrade Transportes – ME 0123704
Paulo Sílvia Correa – ME 0029504
Reginaldo Daniluz Transportes – ME 0123504
Roberto Carlos Lima Ramos Transportes – ME 0077904
Rogério de Oliveira Transportes – ME 0021004
Wilson Carlos de Martini – ME 0686204

Saneamento e Recursos Hídricos

GABINETE DO SECRETÁRIO

Deliberação CONESAN nº 01, de 15-3-2011

Aprova o Regimento Interno do Conselho Estadual de Saneamento - CONESAN

O Presidente do Conselho Estadual de Saneamento - CONESAN,

Considerando que a Minuta de Regimento Interno foi submetida à apreciação do Plenário na última Reunião Ordinária do Conselho, datada de 25/11/2009, para análise e considerações, não tendo havido manifestação contrária dos Conselheiros;

Delibera:

Artigo 1º Fica aprovado o Regimento Interno do Conselho Estadual de Saneamento - CONESAN.

Artigo 2º Esta Deliberação entrará em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial do Estado.

ANEXO À DELIBERAÇÃO CONESAN nº 0.01/11 REGIMENTO INTERNO

TÍTULO I

AS ATRIBUIÇÕES, DA COMPOSIÇÃO E DOS ÓRGÃOS DO CONESAN

CAPÍTULO I

DO OBJETIVO

Artigo 1º Este regimento interno estabelece as normas de organização e funcionamento do Conselho Estadual de Saneamento - CONESAN

CAPÍTULO II

DAS ATRIBUIÇÕES

Artigo 2º O Conselho Estadual de Saneamento - CONESAN, instituído pelo artigo 39 da Lei Complementar 1.025 de 7 de dezembro de 2007, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 54.644, de 5 de agosto de 2009, é órgão de caráter consultivo e deliberativo, tendo como atribuições:

I - discutir e aprovar as propostas do Plano Plurianual de Saneamento e do Plano Executivo Estadual de Saneamento e suas alterações, observando-se o disposto nos artigos 41 e 42 da Lei Complementar 1.025/07, encaminhando-as ao Governador do Estado;

II - discutir e enviar ao Governador do Estado subsídios para a formalização de diretrizes gerais tarifárias para regulação dos serviços de saneamento básico de titularidade estadual;

III - avaliar o relatório sobre "a situação de saúde ambiental no Estado de São Paulo", elaborado pela Secretaria de Saneamento e Energia, propondo as medidas corretivas, quando necessárias;

IV - acompanhar a aplicação dos recursos financeiros do Fundo Estadual de Saneamento - FESAN;

V - indicar os representantes municipais junto ao Conselho de Orientação do Saneamento Básico da ARSESP - Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - ARSESP;

VI - criar Câmaras Técnicas, permanentes ou temporárias, por ato que fixar suas atribuições, composição e, quando for o caso, prazo de duração;

CAPÍTULO III

DA COMPOSIÇÃO

Artigo 3º Integram o Conselho Estadual de Saneamento - CONESAN, com direito a voto:

I - Secretários de Estado e dirigentes dos seguintes órgãos e entidades da administração direta e indireta, ou seus delegados: a) Da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, que é seu Presidente;

b) Da Secretaria da Saúde;

c) Da Secretaria da Habitação;

d) Da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional;

e) Da Secretaria do Meio Ambiente;

f) Da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia;

g) Da Procuradoria Geral do Estado;

h) Da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP;

i) Da Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S.A. - EEMPLASA;

j) Da Agência Metropolitana de Campinas - AGEMCAMP;

k) Da Agência Metropolitana da Baixada Santista - AGEM;

l) 11 (onze) Prefeitos Municipais ou seus delegados, eleitos em conformidade com o agrupamento territorial estabelecido para a composição do segmento municipal do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CRH, a saber:

Primeiro Grupo: Alão Tiêti;

a) Segundo Grupo: Paraíba do Sul e Serra Mantiqueira;

b) Terceiro Grupo: Litoral Norte e Baixada Santista;

c) Quarto Grupo: Ribeira de Iguape/Litoral Sul e Alto Paranapanema;

d) Quinto Grupo: Médio Paranapanema e Pontal do Paranapanema;

e) Sexto Grupo: Aguaçu/Peixe e Baixo Tiêti;

f) Sétimo Grupo: Tiêti/Itavere e Tiêti/Batalha;

g) Oitavo Grupo: Turvo/Grande e São José dos Dourados;

h) Nono Grupo: Sapucaí/Grande e Baixo Pardo do Grande;

i) Décimo Grupo: Pardo e Mogi-Guaçu;

j) Décimo Primeiro Grupo: Sorocaba/Médio Tiêti e Piracicaba/Capivari/Jundiaí;

III - 11 (onze) representantes de entidades da sociedade civil e respectivos suplentes, constituídas há mais de 2 (dois) anos, com atuação em âmbito estadual e cujo objeto social seja compatível com o grupo a ser representado, especificados a seguir:

a) 01 (um) representante de entidade de defesa do consumidor, representando os consumidores residenciais de serviços públicos de saneamento básico;

b) 02 (dois) representantes de organizações não governamentais, sem fins lucrativos, dedicadas direta ou indiretamente à promoção do desenvolvimento urbano, do saneamento básico e da saúde pública ou à proteção, recuperação e preservação do meio ambiente;

c) 01 (um) representante de sindicatos de trabalhadores do setor de saneamento básico;

d) 01 (um) representante de entidades federativas comerciais ou industriais, representando grandes consumidores de serviços públicos de saneamento básico;

e) 02 (dois) representantes de entidades associativas de operadores de serviços públicos de saneamento básico;

f) 02 (dois) representantes de entidades associativas de profissionais do setor do saneamento básico;

g) 01 (um) representante de entidades associativas de empresas de consultoria de meio ambiente e de construção de obras de saneamento básico;

h) 01 (um) representante de entidades associativas de empresa de fabricação e comercialização de produtos de indústrias utilizados em saneamento básico.

§ 1º Os delegados a que se refere o inciso I deste artigo deverão pertencer aos mesmos quadros do órgão ou entidade dirigida pela entidade delegante.

§ 2º Os representantes relacionados nos incisos II e III deste artigo, serão eleitos por um mandato de 2 (dois) anos

Artigo 4º Integram também o CONESAN, sem direito a voto, mas com direito a voz:

I - O Diretor - Presidente da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - ARSESP;

II - Um representante de cada uma das 3 (três) Universidades Públicas do Estado, indicados pelos respectivos reitores, a saber:

a) Universidade de São Paulo - USP;

b) Universidade Estadual de São Paulo - UNESP;

c) Universidade de Campinas - UNICAMP;

III - Um representante do Ministério Público do Estado de São Paulo;

IV - Um representante da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

§ 1º - Nas ausências e impedimentos do seu titular, a ARSESP será representada pelo Diretor de Regulação Técnica e Fiscalização dos Serviços de Saneamento Básico.

§ 2º As instituições indicadas nos incisos II, III e IV supra, no ato de designação de seus representantes, indicarão os respectivos suplentes, para as hipóteses de ausências e impedimentos de seus titulares.

Artigo 5º As funções de membro do Conselho não serão remuneradas, sendo, porém, consideradas como de serviço público relevante.

Capítulo IV

DAS ELEIÇÕES

Art. 6º O representante de cada um dos grupos indicados no inciso II do artigo 3º deste regimento serão Prefeitos Municipais eleitos por seus pares, no âmbito do respectivo grupo.

§ 1º A eleição dos representantes relacionados no inciso II deste Regimento, será realizada no âmbito dos Comitês de Bacias Hidrográficas, ficando sob a responsabilidade de cada comitê a realização da reunião para escolha dos seus representantes, segundo o estabelecido a seguir:

I - Quando o grupo abrigar mais de 1 Comitê, deverá ser acordado qual entre eles que realizará a eleição e a apuração dos votos.

II - As eleições, em todos os Grupos, deverão ser realizadas até a data prevista pela Secretaria Executiva do CONESAN;

III - A apuração dos votos e aclamação dos eleitos será feita em reunião pública convocada pelo CBH realizado;

IV - Todos os Prefeitos dos municípios participantes do Grupo podem votar e ser votados;

V - Será eleito representante aquele Prefeito que obtiver maioria simples dos votos;

VI - Em caso de empate o candidato representante do município com maior população será declarado o vencedor;

VII - No caso de vacância assumirá o segundo colocado e assim, sucessivamente;

VIII - Os votantes devem receber as instruções para votação com antecedência de 20 (vinte) dias da data prevista para a realização do pleito;

IX - O Presidente do CBH encaminhará a planilha de apuração e a ata de eleição dos representantes à Secretaria Executiva do CONESAN;

Art. 7º Os representantes, titulares e suplentes dos diversos segmentos da sociedade civil, relacionados no inciso III do artigo 3º deste regimento, serão eleitos, dentre as entidades inscritas junto à Secretaria Executiva do CONESAN, em assembleia especialmente convocada para esse fim

§ 1º O cadastramento e o enquadramento das entidades da sociedade civil, nas diversas categorias, conforme o inciso III do artigo 3º deste regimento ocorrerá através da apresentação do Estatuto Social com os seguintes requisitos:

I - O objeto social deverá ser compatível com a categoria que a entidade deseja representar, relacionadas nas letras "a" e "h", do inciso citado no parágrafo acima;

II - Devidamente registrado em cartório, demonstrando que a constituição definitiva da entidade deu-se, no mínimo, 02 (dois) anos antes da data do cadastro e nos termos da legislação pertinente, no âmbito do Estado de São Paulo;

§ 2º A assembleia que alude este artigo será convocada pelo Presidente do CONESAN por meio da Secretaria Executiva, que fará publicar no Diário Oficial do Estado e em outro jornal de grande circulação, e no site eletrônico da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, por pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência, edital com as regras para a eleição dos representantes de cada grupo.

Artigo 8º O Presidente do CONESAN dará posse e exercício aos membros do colegiado, conforme estabelece o artigo 7º, inciso II do Decreto 54.644/09, e publicará o ato no Diário Oficial do Estado.

CAPÍTULO V

DA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Artigo 9º Integram a estrutura do CONESAN:

I - Plenário;

II - Presidente;

III - Secretaria Executiva;

IV - Câmaras Técnicas

SEÇÃO I

DO PLÊNARIO

Artigo 10º - Ao Plenário, constituído pela integralidade dos membros do CONESAN, conforme disposto no Artigo 3º deste Regimento, incumbirá:

I - atender às convocações das reuniões ou transmitir as convocações aos respectivos delegados ou suplentes, nos casos de impedimentos eventuais;

II - discutir e votar todas as matérias submetidas ao CONESAN;

III - colaborar e apoiar aos trabalhos do CONESAN;

IV - solicitar ao Presidente do Conselho a convocação de reunião extraordinária para apreciação de assunto relevante;

V - desenvolver em suas respectivas áreas de atuação, todos os esforços no sentido de implantar os planos, programas e medidas aprovadas pelo CONESAN;

VI - propor a criação de Câmaras Técnicas;

VII - propor matéria para pauta;

VIII - aprovar o regimento interno do CONESAN.

IX - aprovar a indicação dos representantes para o Conselho de Orientação do Saneamento Básico da ARSESP

§ 1º - O Conselho de Orientação do Saneamento Básico, da ARSESP, será composto por:

a) 2 (dois) representantes de municípios integrantes das Regiões Metropolitanas de Campinas e Baixada Santista, indicados pelo CONDESB - Conselho de Desenvolvimento Metropolitano da Baixada Santista e o Conselho de Desenvolvimento Metropolitano da Região de Campinas.

b) 1 (um) representante do Município de São Paulo indicado pelo Prefeito de São Paulo.

c) 3 (três) representantes de Municípios que tenham delegado à ARSESP - Agência Reguladora de Saneamento e Energia, do Estado, as funções de regulação, controle e fiscalização dos serviços de saneamento básico, que pertençam a bacias hidrográficas distintas e representem faixas populacionais até 10 mil habitantes, até 50 mil habitantes e acima de 50 mil habitantes;

§ 2º O Plenário homologará o resultado do processo de escolha dos representantes que passarão a compor o Conselho de Orientação do Saneamento Básico da ARSESP.

SEÇÃO II

DO PRESIDENTE

Artigo 11º - O Presidente do CONESAN será o Titular da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos e terá as seguintes atribuições:

I - representar o CONESAN e encaminhar

Estado os assuntos de competência do

órgãos e demais documentos a ele referentes;

II - dar posse e exercício aos membros do colegiado;

III - convocar e presidir as reuniões do Plenário bem como resolver as questões de ordem;

IV - votar em todas as matérias submetidas à decisão do Plenário, ficando-lhe assegurado exercer o voto de desempate;

V - determinar a execução das deliberações do Plenário, por meio da Secretaria Executiva;

VI - convidar pessoas ou entidades, a par das referidas no artigo 4º do Decreto 54.644/09, para participação nas reuniões do Plenário, sem direito a voto, mas com direito a voz;

VII - submeter à aprovação do Plenário proposta de regimento interno e relatório anual das atividades desenvolvidas pelo colegiado, e

VIII - aprovar, "ad referendum" do Plenário, as matérias que devam ser encaminhadas com urgência, em prazo incompatível com a convocação de reunião extraordinária;

§ 1º - Na ausência do Presidente as funções e prerrogativas previstas neste artigo serão exercidas pelo Vice-Presidente do Conselho, nos termos do artigo 3º, § 3º do Decreto 54.644/09.

§ 2º - A Vice- Presidência do Conselho será exercida necessariamente por um dos Prefeitos titulares, representantes dos agrupamentos territoriais estabelecidos para a composição do segmento municipal do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CRH.

SEÇÃO III

DA SECRETARIA EXECUTIVA

Artigo 12º - São atribuições da Secretaria Executiva: I - elaborar relatório anual das atividades desenvolvidas pelo CONESAN, para aprovação do Plenário, e disponibilizá-lo no site eletrônico da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos e enviá-lo ao Presidente e ao Plenário;

II - secretariar as reuniões do CONESAN, preparando pauta de matérias a serem submetidas ao Plenário;

III - adotar todas as medidas necessárias ao funcionamento do Conselho e fazer executar e dar encaminhamento às decisões, deliberações, sugestões e propostas do Plenário;

IV - expedir convites e convocações para participação nas reuniões do Plenário;

V - lavar a ata das reuniões do Plenário, para publicação no Diário Oficial do Estado e no site eletrônico da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, contendo as deliberações, e as principais questões discutidas pelos membros do colegiado;

VI - elaborar proposta de regimento interno do CONESAN;

VII - manter o cadastro atualizado das entidades da sociedade civil organizada interessadas em participar do CONESAN, pertencentes aos grupos relacionados no inciso III do artigo 3º deste regimento;

VIII - organizar a documentação técnica e administrativa de interesse do CONESAN;

IX - relatar os assuntos que tenham que ser examinados pelo CONESAN;

X - preparar os relatórios e demais documentos a serem encaminhados ao Governador do Estado e aos membros do Conselho;

XI - responsabilizar-se pela divulgação dos atos do Conselho.

§ 1º A Secretaria Executiva do CONESAN contará com o suporte técnico da Coordenadoria de Saneamento, da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, que poderá solicitar apoio junto aos órgãos e entidades da administração direta e indireta integrantes do CONESAN.

SEÇÃO IV

CÂMARAS TÉCNICAS

Artigo 13º - As Câmaras Técnicas do CONESAN são de caráter consultivo e têm como atribuição o desenvolvimento dos trabalhos técnicos de interesse do saneamento básico.

Artigo 14º - As Câmaras Técnicas serão criadas por deliberação do Plenário, com funções específicas de caráter transitório, que se extinguirão quando preenchidos os fins a que se destinarem.

Artigo 15º - Os órgãos ou entidades membros do CONESAN indicarão seus representantes, titulares e suplentes, para as Câmaras Técnicas das quais participarem

§ 1º - Na composição das Câmaras Técnicas deverão ser consideradas a natureza técnica do assunto de sua competência, a finalidade dos órgãos ou entidades representados e a formação técnica dos seus membros, na área de saneamento básico.

§ 2º - A Presidência das Câmaras Técnicas será exercida por um dos membros listados nos incisos I a III do artigo 3º deste regimento.

§ 3º - Os representantes indicados conforme o "caput" deste artigo, perderão seu mandato caso o órgão ou entidade deixe de ser membro do CONESAN.

Artigo 16º - As atribuições e composição das Câmaras Técnicas serão fixadas através de deliberações do CONESAN.

TÍTULO II

DAS REUNIÕES E DOS PROCEDIMENTOS

CAPÍTULO I

IMPRIMINDO CIDADANIA COM PAPEL SOCIAL.



A Imprensa Social é o selo da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, em parceria com o Terceiro Setor, destinado a publicar livros com os conhecimentos e experiências de sucesso adquiridos por organizações não-governamentais nas mais diversas áreas de atuação. Com publicações de qualidade, que podem ser lidas gratuitamente pela Internet, essas experiências de sucesso ganham maior abrangência e podem ser replicadas em outras regiões do país. Acesse nosso site para mais informações e inscreva seu projeto.

edições
 io **imprensa social**

www.imprensaoficial.com.br/imprensa-social

Mais Informações
 SAC 0800 01234 01
 sac@imprensaoficial.com.br

download
gratuito

imprensaoficial

VII - votações e deliberações;
 VIII - proposta de assuntos para a organização da pauta da próxima reunião.
 § 1º - Em caso de urgência ou de relevância, o Conselho, por voto da maioria, poderá alterar a sequência estabelecida neste artigo.
 § 2º - O Conselho que pretender retificar a Ata enviará declaração escrita à Secretaria Executiva, até 48 (quarenta e oito) horas após a leitura da mesma. A declaração será inserida na Ata seguinte, e o Plenário deliberará sobre a sua procedência ou não.
 § 3º - O Presidente do Plenário, a bem da celeridade dos trabalhos, poderá limitar o número de intervenções facultadas a cada Conselheiro, bem como a respectiva duração.
 § 4º - A discussão e votação de matéria de caráter urgente e relevante, não incluída na Ordem do Dia, dependerá de deliberação do Conselho.
 § 5º - A discussão ou votação de matéria da Ordem do Dia poderá ser adiada por deliberação do Plenário, cabendo ao Presidente a determinação do prazo de adiantamento.

SEÇÃO II DA VOTAÇÃO

Artigo 20º - A matéria será submetida a votação imediatamente após o Presidente dar por encerrados os debates.
 Artigo 21º - O Presidente do CONESAN votará em todas as matérias submetidas à decisão do colegiado, ficando-lhe assegurado, também, o voto de desempate.

Artigo 22º - A votação será nominal e aberta.
 § 1º - Se algum Conselheiro tiver dúvidas quanto ao resultado proclamado da votação, poderá requerer verificação dos votos, independentemente da aprovação do Plenário.

§ 2º - O requerimento de que trata o parágrafo anterior, somente será admitido se formulado logo após conhecido o resultado da votação e antes de se passar a outro assunto.
 § 3º - Será assegurado o direito de declaração de voto.

Artigo 23º - As Deliberações do Conselho, salvo disposições em contrário, serão tomadas por maioria simples dos votos válidos.

Artigo 24º - O Conselheiro poderá abster-se de votar quando assim o quiser.

Parágrafo Único - As abstenções não serão consideradas como votos válidos.

Artigo 25º - Nos casos de empate, compete ao Presidente do Conselho Estadual de Saneamento, nos termos inciso IV do Artigo 117 deste regimento, o voto de desempate.

SEÇÃO III DAS DELIBERAÇÕES

Artigo 26º - As manifestações do Conselho serão tomadas sob a forma de:

I - deliberações, quando se tratar de assuntos de sua competência legal;

II - moção, quando se tratar de proposta oriunda do plenário, para realização de estudos ou superação de impasses, submetida à manifestação do Conselho.

Artigo 27º - As Deliberações e Moções do CONESAN serão numeradas cronologicamente e deverão ser publicadas no Diário Oficial do Estado, cabendo à Secretaria Executiva corrigi-las, ordená-las e indexá-las.

Artigo 28º - As Deliberações e Moções do Conselho figurarão obrigatoriamente no texto da Ata de Reunião.

SEÇÃO IV DAS ATAS

Artigo 29º - De cada reunião do Conselho, lavrar-se-á Ata, que será lida e aprovada na reunião subsequente.

§ 1º - A Ata será lavrada, ainda que não haja reunião por falta de "quorum", e serão mencionados os nomes dos Conselheiros presentes.

§ 2º - Cópia da Ata será encaminhada pela Secretaria Executiva a todos os Conselheiros mediante correspondência e disponibilizada no site eletrônico da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, antes da data fixada para a reunião subsequente.

TÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 30º - Os casos omissos serão resolvidos pelo Presidente, nos limites de suas atribuições regimentais.

Artigo 31º - O presente Regimento Interno entrará em vigor na data de sua publicação.

Deliberação CONESAN nº 002, de 15-3-2011

Declara aberto o processo eleitoral para renovação dos representantes dos Municípios, no Conselho Estadual de Saneamento - CONESAN e comunica os procedimentos para a sua realização.

O Presidente do Conselho Estadual de Saneamento - CONESAN, criado pela Lei Complementar 102/07, na forma dos artigos 39 e 40, e regulamentado pelo Decreto nº 54.644/09, delibera:

Artigo 1º - Fica aberto a partir de 15 de março de 2011 até 15 de abril de 2011 o processo para a renovação dos representantes dos Municípios, atendendo ao disposto no Decreto nº 54.644/09 de 05 de agosto de 2009, artigo 3º, inciso I e inciso III em seu § 2º.

Artigo 2º - Os Prefeitos Municipais serão eleitos por seus pares, no âmbito dos respectivos grupos, por maioria simples de votos, e exercerão mandato de 2 (dois) anos.

Parágrafo Único - A representação será composta por 11 (onze) membros titulares e seus delegados, eleitos conforme segue:

1. As eleições dos representantes dos municípios serão realizadas pelos Comitês de Bacia Hidrográfica, ficando sob a responsabilidade de cada comitê realizar a divulgação da data, inscrição, votação e a apuração dos votos.

2. O Grupo que abrigar mais de 1 (um) Comitê, estes deverão acordar entre si aquele que centralizará a recepção dos votos em Assembleia específica e realizará a apuração.

3. Todos os Prefeitos dos municípios participantes do Grupo podem votar e ser votados.

4. Será eleito representante titular o Prefeito que obtiver maioria simples dos votos, em caso de empate o candidato representante do município com maior população.

5. O delegado será o Prefeito que obtiver o número de votos imediatamente inferior ao mais votado.

6. A apuração dos votos e aclamação dos eleitos será feita em reunião convocada pelo CBH realizado.

Artigo 3º - Esta deliberação entrará em vigor a partir da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

Primeiro Termo de Aditamento de Convênio
 Processo SSED/EEF 4072/2009

Convênio nº 003-AZ009

PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO AO CONV. 003A/2009, CELEBRADO ENTRE A SECRETARIA DE SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS E O DAE - DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA, COM A INTERVENIÊNCIA DOS MUNICÍPIOS DE CAIEIRAS E FRANCO DA ROCHA, VISANDO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA.

Data da Assinatura do Contrato: 11/03/2011

DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

Despachos do Superintendente, de 18-3-2011

Com fundamento no artigo 11, incisos I e XVI do Decreto nº 52.636 de 03/02/71, e à vista do Código de Águas, da Lei

nº 6.134 de 02/06/88, do Decreto nº 32.955 de 07/02.
 Lei nº 7.663 de 30/12/91, do Decreto 41.258 de 01/11/96.
 Portaria D.A.E.E. nº 717 de 12/12/96, defiro as seguintes Licenças de Perfurção:

Interessado: COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - Autos 9204717

Local: confluência do Córrego do Arhangueira com Córrego Jacu, no município de Santa Albertina

- Poço Tubular Profundo - Local 007 - Recurso Hídrico: Adamantina/Serra Negra - Coordenadas UTM (Km) - Norte 7780,89 - Leste 524,91 - MC 51

Interessado: SETPAR S/A - Autos 9205068

Local: Loteamento Setparque Avenida 2 - Rua Otacilio Roque de Camargo Freitas, no município de São José do Rio Preto

- Poço Tubular Profundo - Local 001 - Recurso Hídrico: Adamantina/Santo Anastácio - Coordenadas UTM (Km) - Norte 7703,51 - Leste 667,56 - MC 51

- Poço Tubular Profundo - Local 002 - Recurso Hídrico: Adamantina/Santo Anastácio - Coordenadas UTM (Km) - Norte 7703,88 - Leste 666,89 - MC 51

Interessado: COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - Autos 9303904, Prov. 001

Local: próximo à Vialidade Monte Alto/Aquarianga, no município de Monte Alto

- Poço Tubular Profundo - Local 014 - Recurso Hídrico: Adamantina - Coordenadas UTM (Km) - Norte 7644,70 - Leste 759,66 - MC 51

Interessado: ENGETRIN ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA - Autos 9405527

Local: prolongamento da Av. Antonieta Altenfelder, s/nº Bairro Prof.ª Marina Moretti Ferreira, no município de Marília

- Poço Tubular Profundo - Local 001 - Recurso Hídrico: Formação Marília/Adamantina - Coordenadas UTM (Km)-Norte 7550,67-Leste 608,05 - MC 51

- Poço Tubular Profundo - Local 002 - Recurso Hídrico: Formação Marília/Adamantina - Coordenadas UTM (Km)-Norte 7550,98-Leste 607,74 - MC 51

Interessado: PREFEITURA MUNICIPAL DE POTIRENDABA - Autos 9700650

Local: Loteamento Residencial Rosário, Rua Gal. Osório x Rua Sete de Setembro - Bairro Rosário, no município de Potirendaba

- Poço Tubular Profundo - Local 001 - Recurso Hídrico: Adamantina - Coordenadas UTM (Km) - Norte 7672,40 - Leste 669,08 - MC 51

Local: Conj. Hab. Dr. José Afonso Amato, Rua Pedro Thomé de Siqueira, 1265, no município de Potirendaba

- Poço Tubular Profundo - Local 002 - Recurso Hídrico: Adamantina - Coordenadas UTM (Km) - Norte 7671,00 - Leste 669,14 - MC 51

Local: Residencial Jardim Amadeu Malvezi, Rod. Angelo Miqueletti, Km 01, no município de Potirendaba

- Poço Tubular Profundo - Local 003 - Recurso Hídrico: Adamantina - Coordenadas UTM (Km) - Norte 7671,56 - Leste 667,01 - MC 51

IMPLANTAÇÕES DE EMPREENDIMENTO

A vista do Decreto 41.258 de 01/11/96, da Portaria DAE 717 de 12/12/96 e do Parecer Técnico da DPO/PTA, inserido no autos DAE 9205068, ficam aprovados os estudos com demanda do recurso hídrico subterrâneo, de acordo com o abaixo descrito, com a finalidade de uso atendimento sanitário, para viabilizar o empreendimento SISTEMA DE ABASTECIMENTO POR ÁGUA SUBTERRÂNEA, localizada no Loteamento Setparque Avenida 2 - Rua Otacilio Roque de Camargo Freitas, município de São José do Rio Preto, requerida por SETPAR S/A, CNPJ 02.522.907/0001-46, observadas as disposições legais e regulamentares que disciplinam a matéria,

Uso - Poço - Recurso Hídrico Adamantina/Santo Anastácio - Coordenadas UTM (Km)Norte 7703,51-Km Leste 667,56 - MC 51 - Vazão 32,00 m³/h - Período 20 h/d

Uso - Poço - Recurso Hídrico Adamantina/Santo Anastácio - Coordenadas UTM (Km)Norte 7703,88-Km Leste 666,89 - MC 51 - Vazão 25,00 m³/h - Período 20 h/d

A vista do Decreto 41.258 de 01/11/96, da Portaria DAE 717 de 12/12/96 e do Parecer Técnico da Diretoria de Bacia do Prese Parapanema, inserido no autos DAE 9405527, ficam aprovados os estudos com demanda do recurso hídrico subterrâneo, de acordo com o abaixo descrito, com a finalidade de uso atendimento sanitário, para viabilizar o empreendimento SISTEMA DE ABASTECIMENTO POR ÁGUA SUBTERRÂNEA, localizada no prolongamento da Av. Antonieta Altenfelder, s/nº-Bairro Prof.ª Marina Moretti Ferreira, município de Marília, requerida por ENGETRIN ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ 03.222.909/0001-82, observadas as disposições legais e regulamentares que disciplinam a matéria,

Uso - Poço - Recurso Hídrico Formação Marília/Adamantina - Coordenadas UTM (Km)Norte 7550,67 - Km Leste 608,05-MC 51 - Vazão 10,00 m³/h - Período 20 h/d

Uso - Poço - Recurso Hídrico Formação Marília/Adamantina - Coordenadas UTM (Km)Norte 7550,98 - Km Leste 607,74-MC 51 - Vazão 10,00 m³/h - Período 20 h/d

A vista do Decreto 41.258 de 01/11/96, da Portaria DAE 717 de 12/12/96 e do Parecer Técnico da DPO/PTA, inserido no autos DAE 9700650, Vol. 002, ficam aprovados os estudos com demanda do recurso hídrico subterrâneo, de acordo com o abaixo descrito, com a finalidade de uso atendimento sanitário, para viabilizar o empreendimento SISTEMA DE ABASTECIMENTO POR ÁGUA SUBTERRÂNEA, localizada no município de Potirendaba, requerida por PREFEITURA MUNICIPAL DE POTIRENDABA, CNPJ 45.094.901/0001-28, observadas as disposições legais e regulamentares que disciplinam a matéria,

Local: Loteamento Residencial Rosário, Rua Gal. Osório x Rua Sete de Setembro - Bairro Rosário, no município de Potirendaba

Uso - Poço - Recurso Hídrico Adamantina - Coordenadas UTM (Km)Norte 7672,40 - Km Leste 669,08 - MC 51 - Vazão 20,00 m³/h - Período 18 h/d

Local: Conj. Hab. Dr. José Afonso Amato, Rua Pedro Thomé de Siqueira, 1265, no município de Potirendaba

Uso - Poço - Recurso Hídrico Adamantina - Coordenadas UTM (Km)Norte 7671,00 - Km Leste 669,14 - MC 51 - Vazão 15,00 m³/h - Período 15 h/d

Local: Residencial Jardim Amadeu Malvezi, Rod. Angelo Miqueletti, Km 01, no município de Potirendaba

Uso - Poço - Recurso Hídrico Adamantina - Coordenadas UTM (Km)Norte 7671,56 - Km Leste 667,01 - MC 51 - Vazão 20,00 m³/h - Período 14 h/d

Comunicado

Autos nº 51.711 - DAE

O Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE torna público que requereu à Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB, a Licença Ambiental de Instalação, referente aos "RESERVATÓRIOS R1 e R3 PARA CONTENÇÃO DE CHEIAS, LOCALIZADOS RESPECTIVAMENTE NOS CORREGOS BANANAL E SÃO JOÃO, no município de São João da Boa Vista.(15-3-2011)

Comunicado

Autos nº 51.816 - DAE

O Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE torna público que requereu à Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB, a Licença Ambiental Prévia, referente a "BARRAGEM DE USO MÚLTIPLO RIO RIO JAGUARÍ-MIRIM, no município de São João da Boa Vista.(16-3-2011)